



ATA - IPREV/CIAR

125ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas e dez minutos, de forma híbrida, realizou-se a centésima vigésima quinta Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/IPREV-DF, instituído pela Portaria IPREV-DF nº 72/2023 como órgão responsável pelo apoio executivo da Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Distrito Federal. A reunião foi coordenada pela Diretora Presidente do Iprev-DF, Raquel Galvão Rodrigues da Silva, e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, Analista Previdenciário, secretariei a sessão, que contou com a participação dos seguintes Membros Representantes do IPREV-DF: Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Paulo Henrique de Sousa Ferreira, Thiago Mendes Rodrigues e os seguintes Representantes do Governo: Marco Antônio Lima Lincoln, representante da Secretaria de Estado de Fazenda do DF; Elisângela Cândida dos Santos, representante da Casa Civil do DF. E na condição de convidados: o Diretor Jurídico do IPREV, Luiz Gustavo Muglia; a Chefe da Unidade de Atuária, Jucelina Santana da Silva; o Chefe da Unidade de Controladoria, Márcio E. de M. Aquino; A Diretora de Administração e Finanças, Célia Sales; A Diretora de Governança Projetos & Compliance, Sylvia Alves; A Coordenadora de Investimentos, Terezinha Parreira; o Chefe da Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros, Lucas Fernandes de Azevedo. Registre-se que o material compilado apresentado na presente reunião foi encaminhado previamente ao Comitê e inserido no Processo SEI-GDF nº 00413-00000351/2024-07. Havendo quórum legal, a reunião foi declarada aberta pela Coordenadora do Comitê, que após a leitura da Convocatória, sugeriu uma inversão de pauta, para que o Item I fosse apreciado por último. Obtendo a concordância de todos, passou-se, então, a discutir o segundo item de pauta: **Item II - Apresentação da Conjuntura Econômica (outubro/2024)**. Com a palavra o Diretor de Investimentos, Thiago Rodrigues, que, após cumprimentar a todos, trouxe informações sobre o cenário Macroeconômico Internacional, com dados da inflação americana do mês de agosto (2,5% em 12 meses), com os núcleos de aluguel e de serviços e as prospecções para o mês de outubro. Apresentou também informações sobre os Títulos Públicos Americanos, as taxas de juros dos EUA e da Zona do Euro, informando que continuavam a movimentar-se em queda, o que, segundo ele, era um alívio para o mercado que operava em renda variável. Em seguida, informou que o S&P 500 havia encerrado o mês de setembro a 5.708 pontos. Seguidamente, apresentou o Boletim Focus – relatório semanal elaborado pelo Banco Central – destacando que a previsão da taxa Selic para o final do ano era de 11,75% e o IPCA de 4,39%. Destacou, sobre o assunto, que houve uma mudança significativa com relação às previsões do início do ano, que eram de que as taxas estivessem menores neste período. Em seguida, explanando sobre o Cenário Macroeconômico Nacional, sobre a Taxa SELIC, informou que à medida que a Taxa aumenta, o Banco Central age proativamente para tentar reduzi-la em um prazo que varia, geralmente, de seis meses a um ano. Sobre a inflação acumulada de 12 meses informou que estava em 4,42% (quatro por cento e quarenta e dois centésimos). Demonstrou as NTN-B's de início do ano, e as atuais, que estavam separadas por cores, explicando que as atuais estavam em alta. Ratificou que, daquela forma, era possível visualizar mais facilmente as vantagens, ou desvantagens, de posicionamento da carteira na marcação a mercado, ou na curva. Em seguida, Thiago apresentou os desempenhos do IBOVESPA e do dólar, Dando prosseguimento, apresentou o Ibovespa x Capital Externo, reiterando que a principal importância desses dados se davam pelo fato de o fluxo do Capital Externo ser de grande relevância para o Ibovespa. Em **Relatório de Investimentos referente a setembro/2024, item III** da pauta, o Diretor de Investimentos apresentou os resultados dos investimentos do Fundo Solidário Garantidor, informando o valor do Fundo que era de R\$ 4.093.122.562,37 (quatro bilhões, noventa e três milhões, cento e vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), a rentabilidade do mês, que foi negativa em R\$ 9.220.954,12 (nove milhões, centavos e vinte mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos) e os rendimentos acumulados de R\$ 126.664.100,44 (cento e vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cem reais e quarenta e

quatro centavos) positivos. Demonstrou o peso dos *benchmarks* de investimento do exterior (BDR e Fundos de Investimentos no Exterior), bem como do FII, FIP, IBOVESPA, IBX, IDIV, Título Público na curva e Título Público a mercado. Demonstrou, em seguida, a distribuição da carteira, os Benchmarks e a Liquidez. Por segmentos, informou que não havia alterações significativas, esclarecendo que o percentual de Renda Fixa equivalia a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) da Carteira. Em relação ao Risco de Mercado, informou que não havia nenhum Fundo de Investimento com Risco alto ou muito alto. Sobre a liquidez, destacou que era alta e muito alta, sendo uma carteira bastante líquida e diversificada. Informou, em seguida, os mandatos executados em setembro, que foram: Encurtamento dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo, na importância de R\$ 167.018.704,71 (cento e sessenta e sete milhões, dezoito mil, setecentos e quatro reais e setenta e um centavos), correspondendo a 83,51% (oitenta e três por cento e cinquenta e um centésimos) do autorizado pelo comitê para essa estratégia. Sobre a distribuição da carteira por Gestor, Administrador, Distribuidor e Custodiante, apresentou um quadro detalhado, informando que não houve nenhuma grande mudança. Demonstrou, em seguida, a Meta, a rentabilidade nominal, o índice e o valor acumulado do Fundo: Meta do mês do FSG 0,53% (cinquenta e três centésimos por cento), e rentabilidade no mês de -0,23% (menos vinte e três centésimos por cento), com meta acumulada de R\$ 4,17% (quatro por cento e dezessete centésimos), contra a rentabilidade acumulada de 3,14% (três por cento e trinta e quatorze centésimos). A rentabilidade nominal estava em R\$ 126.664.100,44 (cento e vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cem reais e quarenta e quatro centavos). Após discussões, a Coordenadora do Comitê solicitou à Diretoria de Investimentos que, para as próximas apresentações, caso haja valores remanescentes entre os resgates e as aplicações autorizadas, fosse demonstrado onde essas importâncias estavam aplicadas, para que, assim, o Comitê pudesse visualizar as informações com maior clareza. Em seguida o Diretor de investimentos apresentou os seguintes dados sobre os TPFs do FSG (a mercado) em set. 2024: NTN-B 2045: cerca de 2,07% da carteira (R\$ 84.592.615,06); NTN-B 2050 : cerca de 10,13% da carteira (R\$ 413.447.078,50); e NTN-B 2055 : cerca de 3,21% da carteira (R\$ 130.919.727,09). Sendo o Total a Mercado: cerca de 15,41% da carteira (R\$ 628.959.420,65). Sobre os TPFs do FSG (na curva) em set. 2024: NTN-B 2028: representando cerca de 12,34% da carteira (R\$ 503.623.878,34). Na sequência, Thiago apresentou o quadro sobre a distribuição da carteira por Gestor, Administrador, Distribuidor e Custodiante, informando que não houve nenhuma grande mudança. Sobre o Fundo Capitalizado, apresentou seu montante total, os rendimentos do mês e o acumulado, que foram, respectivamente, R\$1.205.990.989,36 (um bilhão, duzentos e cinco milhões, novecentos e noventa mil, novecentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), R\$ 5.096.232,49 (cinco milhões, noventa e seis mil, trinta e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos) e R\$ 73.772.252,49 (setenta e três milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos). Informou então, que, por segmento, não havia alterações relevantes. Prosseguindo, apresentou a distribuição de Benchmarks e a liquidez, sobre a qual destacou a permanência em níveis considerados altos, ou muito altos. Quanto ao risco, destacou que não havia nenhum fundo de investimento com risco alto ou muito alto. Quanto às determinações do Comitê para o mês de setembro, apresentou as operações realizadas, que foram: Realocação de CDI/IMA-B 5/IDKA-IPCA2A/Crédito Privado/Alocação dinâmica para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050, na importância de R\$ 55.181.294,08 (cinquenta e cinco milhões, cento e oitenta e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e oito centavos), que correspondeu a 55,18% (cinquenta e cinco por cento e dezoito centésimos) do que fora aprovado para essa estratégia. Então, atendendo a solicitações, Thiago apresentou um detalhamento das operações com os recursos do Fundo Capitalizado nos dias 10 e 11/09/2024, com as seguintes informações: Mandato: "Realocação de CDI/ IMA-B 5/ IDKA-IPCA 2A/ Crédito Privado/ Alocação Dinâmica PARA compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$ 100 mi": 10/09/2024 - Resgate BRB CAPITAL – R\$45.200.000,00 - OF 1.190/2024 – Crédito D+0; 10/09/2024 – TED BRB P/BB – R\$45.200.000,00; 10/09/2024 – Aplicação BB Fluxo – R\$45.200.000,00 – OF 1.191/2024; 10/09/2024 – Resgate BB IDK2 – R\$9.000.000,00 – OF 1.192/2024 – Crédito D+1; 10/09/2024 – Total de resgates = R\$54.200.000,00; 11/09/2024 – Crédito c/c do valor do resgate BB IDK2 – R\$9.000.000,00 – OF 1.192/2024; 11/09/2024 – Resgate BB Fluxo – R\$46.181.294,08 – OF 1.195/2024; 11/09/2024 - Saldo c/c (9.000.000,00 + 46.181.294,08) = R\$55.181.294,08; 11/09/2024 – Compra de 13.040 TP no valor de R\$55.181.294,08. Explicou que o saldo aplicado no BB Fluxo em 10/09/2024 era de R\$1.535.692,48, que somados ao valor de R\$45.200.000,00 aplicado em 10/09/2024 comportou o resgate de R\$46.181.294,08 em 11/09/2024. Apresentou, também, o detalhamento das operações com os recursos do FSG nos dias 03, 04 e 09/09/2024, com as seguintes informações: mandato: "Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2045/ 2050 /2055 para até 2028 - R\$ 200 mi": 03/09/2024 – Venda de 20.000 TPFs NTN-B 2050 – R\$ 83.627.648,04; 03/09/2024 - Aplicação BB

Fluxo – R\$83.627.648,04 (automática); 04/09/2024 – Venda de 20.000 TPFs NTN-B 2050 – R\$83.648.398,60; 04/09/2024 - Aplicação BB Fluxo – R\$83.648.398,60 (automática); 09/09/2024 - Resgate BB Fluxo – R\$167.018.704,71 – OF 1.187/2024; 09/09/2024 - Compra de 39.000 TPFs NTN-B 2028 no valor de R\$167.018.704,71; Total Aplicação BB Fluxo nos dias 03 e 04/09/2024 = R\$167.276.046,64; Total aplicação (R\$167.276.046,64) – Total resgate (R\$167.018.704,71) = R\$257.341,93. Diferença entre aplicação e resgate = R\$257.341,93 permaneceu aplicado no BB Fluxo. Em seguida, sobre a distribuição da carteira por Gestor, por Administrador, por Distribuidor e por Custodiante, apresentou um quadro detalhado, informando que não houve nenhuma grande mudança. Demonstrou, em seguida, a Meta, a rentabilidade nominal, o índice e valor acumulado do Fundo: Meta do mês do FC 0,85 % (oitenta e cinco centésimos por cento), rentabilidade no mês de 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento), com a meta acumulada de 7,18 % (sete por cento e dezoito centésimos) e rentabilidade acumulada de 7,85% (sete por cento e oitenta e cinco centésimos). A rentabilidade nominal estava em R\$ 73.772.252,56 (setenta e três milhões, setecentos e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Para o Fundo Financeiro, houve rentabilidade nominal de R\$ 8.398.545,63 (oito milhões, trezentos e noventa e oito mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos); para o Fundo Administrativo (taxa de administração), houve rentabilidade nominal de R\$ 26.915,83 (vinte e seis mil novecentos e quinze reais e oitenta e três centavos). Em seguida, retomando a palavra, a Coordenadora do Comitê solicitou que, para as próximas apresentações, fosse incluído no quadro que apresenta os resultados de cada Fundo de Investimento, uma coluna que contenha o quanto falta para o alcance da meta, ou o quanto fora ultrapassado em relação à meta estabelecida para cada mês. Em seguida, o Diretor Thiago demonstrou um quadro com todos os resultados por segmento, cujo valor total era de R\$ 6.306.103.895,46 (seis bilhões, bilhões e seis milhões, cento e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos). Passou-se, então, para o item **IV – Estratégias de Investimento (novembro/2024)**. Para os Mandatos do FSG, as estratégias apresentadas foram I) Realocação de Alocação Dinâmica/IDKA-IPCA 2A para CDI Realocação de R\$50 milhões; II) Realocação de IBOVESPA/IBX/IDIV para FIE/MM/CDI/ Realocação de R\$ 50 milhões; III) Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2045/2055 para até 2029 - R\$ 200 milhões; IV) Solicitação de autorização para, em havendo oportunidade, venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2055) com retorno positivo e validação posterior do CIAR – R\$ 200 milhões. Para o FC, as estratégias apresentadas foram: I) Realocação de CDI/Crédito Privado/Alocação Dinâmica para FIE/BDR/Multimercado/IBOV/IBX/IDIV – Realocação de R\$20 milhões; II) Realocação de CDI/IMA-B 5/IDKA-IPCA2A/Crédito Privado/ Alocação dinâmica para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$120 milhões. Finalizando a apresentação, o Sr. Thiago devolveu a palavra à Sra. Raquel, que encaminhou as estratégias apresentadas de cada um dos Fundos para votação. Após discussões, e tendo sido esclarecidas todas as dúvidas dos Membros presentes, todas as Estratégias foram aprovadas por unanimidade. Seguidamente, Thiago apresentou informações sobre as ações do BRB, explicando que tratava-se de demanda do CONAD. Durante sua explanação, o Diretor informou que o objetivo era levar um histórico detalhado das movimentações de recursos, destacando os valores atualizados e as datas de saída, a fim de garantir que todos os participantes tivessem clareza sobre as ações realizadas até o momento. Segundo sua fala, ao considerar os valores das ações em dezembro de 2017, fora constatado que, em 2024, o patrimônio atingiria R\$ 709 milhões. Informou cenário exemplificativo em que as ações foram corrigidas pelo IPCA até a data atual, e que a avaliação indicava que, embora o valor das ações tenha se apreciado, elas apresentavam baixa exposição ao mercado e baixa liquidez, o que dificultava a venda com a mesma facilidade que outros ativos. Destacou, ainda, que a pressão para a valorização dessas ações exigia estudos mais aprofundados. Informou que, atualmente, as ações representam 15,07% do patrimônio da instituição. Encerrada a apresentação, ficou acordado que as ações continuariam sendo monitoradas e que novas avaliações serão feitas conforme necessário. Em pauta o **item I: Apreciação da Política de Investimentos e Política de Gestão Imobiliária para o exercício de 2025**. Nesse ponto, com o apoio dos Srs. Lucas de Azevedo, Chefe da Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros e Terezinha Parreira, Coordenadora de Investimentos, foi realizada a apresentação da Política de Investimentos e da Política de Gestão Imobiliária (PGI). Quanto à Política de Investimentos, a apresentação abordou os principais pontos do planejamento de gestão e da estratégia de alocação de investimentos, incluindo, entre outras coisas, o modelo de gestão, a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, os parâmetros de rentabilidade perseguidos, os limites utilizados para investimentos, a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para: precificação dos ativos, para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento, para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos e o plano de contingência. A

apresentação forneceu um alinhamento claro sobre os parâmetros de rentabilidade, as metas de investimento, e os limites de alocação, e os Membros presentes ficaram cientes dos objetivos e diretrizes adotados para os investimentos. Foram discutidos os papéis e responsabilidades de cada diretoria, bem como do CIAR, no processo de gestão dos investimentos. Durante sua fala, o Diretor de Investimentos apresentou, ainda, a rentabilidade projetada para o próximo período. Segundo ele, a expectativa era de que os investimentos continuassem a ser monitorados de perto, com ajustes sendo feitos conforme o necessário, para garantir a rentabilidade e o cumprimento das metas. Foram discutidas também as perspectivas para 2025, com o não interesse em investimentos em crédito consignado, devido à complexidade envolvida, aos riscos e ao possível conflito de interesse que poderia surgir com a operação desses fundos no contexto da instituição. Sobre os parâmetros de rentabilidade, estabeleceram-se as seguintes metas: Fundo Financeiro 0%; Fundo Administrativo 0%; Fundo Capitalizado IPCA +5,25%a.a.; e Fundo Solidário Garantidor IPCA +1,11a.a. Sobre os limites de alocação, apresentou as seguintes informações: Art. 7º, I, a, Limite da Política de 100%; estratégia de alocação com limite inferior de 10%, estratégia alvo de 40%, limite superior de 100%, meta de rentabilidade de 10,85%, resumo da estratégia de aumento; Art. 7º, I, b, Limite da Política de 100%; estratégia de alocação com limite inferior de 10%, estratégia alvo de 30%, limite superior de 100%, meta de rentabilidade de 9,85%, resumo da estratégia de diminuição; Art. 7º, I, c, Limite da Política de 100%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 100%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 7º, II, Limite da Política de 5%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 5%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 7º, III, a, Limite da Política de 70%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 16,99%, limite superior de 70%, meta de rentabilidade de 9,37%, resumo da estratégia de diminuição; Art. 7º, III, b, Limite da Política de 70%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 70%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 7º, IV, Limite da Política de 20%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 20%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 7º, V, a, Limite da Política de 10%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 10%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 7º, V, b, Limite da Política de 10%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 1,03%, limite superior de 10%, meta de rentabilidade de 11,50%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 7º, V, c, Limite da Política de 10%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 10%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 8º, I, Limite da Política de 40%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 4%, limite superior de 40%, meta de rentabilidade de 7,78%, resumo da estratégia de diminuição; Art. 8º, II, Limite da Política de 40%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 40%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 9º, I, Limite da Política de 10%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 10%, meta de rentabilidade de 8%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 9º, II, Limite da Política de 10%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 4,09%, limite superior de 10%, meta de rentabilidade de 24,28%, resumo da estratégia de aumento; Art. 9º, III, Limite da Política de 10%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 1,34%, limite superior de 10%, meta de rentabilidade de 24,28%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 10º, I, Limite da Política de 10%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 1%, limite superior de 10%, meta de rentabilidade de 11,18%, resumo da estratégia de diminuição; Art. 10º, II, Limite da Política de 5%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0,97%, limite superior de 5%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de aumento; Art. 10, III, Limite da Política de 5%; estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 5%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 11, III, Limite da Política de 5%, estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0,58%, limite superior de 5%, meta de rentabilidade de 9,32%, resumo da estratégia de manutenção; Art. 12, III, Limite da Política de 5%, estratégia de alocação com limite inferior de 0%, estratégia alvo de 0%, limite superior de 5%, meta de rentabilidade de 0%, resumo da estratégia de manutenção. Sobre o PGI, ainda com a palavra, o Diretor de Investimentos apresentou as Diretrizes Legais e Instrumentos Normativos Relacionados à Gestão de Imóveis de RPPS, o Diagnóstico Completo dos Imóveis da Carteira, as Ações Concluídas em 2024 (gestão, e manutenção, as Ações em Andamento 2024/2025, a Administração de Ações da Carteira de Imóveis), os Referenciais de Rentabilidade dos Ativos Imobiliários, Propostas de Encaminhamento, por Blocos de Imóveis (tentativa de maximizar monetização e rentabilização dos ativos imobiliários). Após a

apresentação e tento todas as dúvidas sido esclarecidas, a Coordenadora do Comitê solicitou que fosse incluído no processo do PGI os processos que foram gerados com as articulações feitas pela Diretoria Executiva para tentar viabilizar as negociações da carteira imobiliária. Em seguida, com relação à política de investimentos, reiterou que fossem acrescentadas suas sugestões de inclusão das propostas e tratativas feitas com instituições interessadas em negociar imóveis da carteira de imóveis do Instituto. Em seguida submeteu à aprovação do CIAR, separadamente, a Política de Investimentos e a Política de Gestão Imobiliária para o exercício de 2025. Após discussões, o grupo optou por deliberar pela Política de Investimentos na próxima reunião do Comitê, após a inclusão das informações solicitadas e para que tivessem um prazo maior para estudar o documento, e aprovou, por unanimidade, a Política de Gestão Imobiliária. Em discussão ao **item V: Deliberação sobre credenciamento de Fundos de Investimentos**, ficou decidido que o assunto será discutido na próxima reunião. Não houve **Informes Gerais**. Sendo assim, não havendo mais assuntos a tratar e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, a sessão foi encerrada às dezessete horas e cinquenta minutos, e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, na qualidade de Analista Previdenciário, atuante na Secretaria Executiva dos Conselhos, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº 00413-00000351/2024-07, para ser assinada eletronicamente pelos Membros presentes na reunião e publicada sítio oficial do IPREV-DF.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MENDES RODRIGUES - Matr.0283130-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 26/11/2024, às 17:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GALVAO RODRIGUES DA SILVA - Matr.0283987-3, Coordenador(a) do Comitê de Análise de Risco**, em 27/11/2024, às 09:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO LIMA LINCOLN - Matr.0046341-8, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 27/11/2024, às 10:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA - Matr.0271291-1, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 27/11/2024, às 15:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELISANGELA CANDIDA DOS SANTOS MARTINS - Matr.0174755-X, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 28/11/2024, às 14:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=155858548)  
verificador= **155858548** código CRC= **637A6C99**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SCS QUADRA 09 EDIFICIO PARQUE CIDADE CORPORATE - TORRE B - 1º ANDAR - Bairro Asa Sul - CEP -  
Telefone(s):  
Sítio - [www.iprev.df.gov.br](http://www.iprev.df.gov.br)